

“Parece-nos altamente vantajoso que as câmaras municipais possam decidir estratégias de saúde para as suas comunidades”

O municipalismo já constitui uma expressão da democracia de proximidade. Acrescentado a isto, temos agora a participação dos cidadãos na vida do seu concelho... O que significa isto para o concelho de Matosinhos?

Luísa Salgueiro (LS) – A participação direta dos cidadãos nas opções e decisões que lhes dizem respeito, para nós, é fundamental. É claro que o municipalismo já resulta da participação, da democracia e do voto direto e universal. Tudo isto resulta da democracia, cujo centenário estamos a festejar, mas vivemos um momento em que os cidadãos, por um lado, se refugiam em formas de contacto mais impessoais, como as redes sociais, e os jovens participam muito na vida da comunidade através desses meios, mas paradoxalmente e felizmente, também há um grande interesse das



peçoas em influenciarem, participarem e condicionarem as decisões que lhes dizem respeito diretamente e que se relacionam com a sua comunidade. E a Câmara Municipal de Matosinhos também quis promover essas formas de participação direta e este nosso orçamento participativo foi um ensaio. Foi a primeira vez que se fez uma iniciativa como esta, que teve uma grande adesão em termos de candidaturas, teve uma grande mobilização na participação das pessoas nas sessões de defesa dos projetos, houve campanhas quanto às votações com cada um a defender as suas próprias propostas e projetos... diria que é uma experiência que está em curso, que nós estamos a valorizar muito positivamente e que significa essa vontade e empenho das pessoas em participarem.

São propostas aceitáveis e exequíveis para o município?

LS – Sim, são todas! Aliás, passaram pela avaliação de um júri e havia regras que garantiam que fossem passíveis de execução e que excluíssem algumas. Entretanto, o júri avaliou-as, sujeitou-as ainda a uma série de condições e, portanto, são todas exequíveis.

A atribuição de competências na saúde vem trazer mais responsabilidade e melhores soluções para as pessoas?

LS – A Câmara Municipal de Matosinhos não tem as competências de saúde descentralizadas. Ainda estão na Unidade Local de Saúde. Mas da experiência que tenho de outras funções, quer da Associação Nacional de Municípios, quer do que está a acontecer no país relativamente à descentralização de competências, as câmaras passam a ter,

não só recursos em termos desse acompanhamento material das políticas de saúde, mas também a decidirem estratégias de saúde para as suas comunidades e isso parece-nos altamente vantajoso. E, uma vez que está a falar da área da saúde, deixe-me dizer-lhe que o concelho de Matosinhos compara com os seus vizinhos, com a área metropolitana e a região norte, sempre em números superiores aos outros. Em Matosinhos, todos os cidadãos têm médico de família atribuído – há sempre uma quota de alguns, que são os últimos a chegar, que estão por atribuir, mas há médicos de família para toda a população, em Matosinhos, os indicadores das várias doenças, exceto as respiratórias, são abaixo dos outros, temos uma ULS que integra respostas desde os cuidados de saúde primários até aos hospitalares e aos cuidados

ao domicílio, que apresentam níveis de satisfação elevados, temos uma ULS que continua a ser a referência em termos nacionais... portanto, diria que, não sendo possível satisfazer tudo, a todo o momento, para toda a gente, estamos numa condição muito positiva de serviço à comunidade no domínio da saúde.

Os comportamentos aditivos e as dependências ainda são um problema em Matosinhos?

LS – Matosinhos não é uma ilha... os indicadores têm vindo a agravar-se, passámos um tempo em que houve um forte investimento nas políticas sobretudo de prevenção da toxicod dependência e, pelo que assistimos atualmente, os indicadores dizem que há um agravamento e um regresso de alguns problemas, seja de novas substâncias, seja de conhecidas e velhas substâncias que estão a voltar a ter mais consumo, mas, de todo o modo, não sendo Matosinhos uma ilha, acompanha fenómenos nacionais e, mesmo assim, não temos nenhuma razão para preocupação acrescida.

A prevenção é para continuar?

LS – Sem prevenção não há políticas eficazes. Sempre foi a nossa aposta investir na prevenção, intervir o mais precocemente possível e penso que muitos dos resultados que houve no concelho resultaram dessa política de prevenção que, a médio e a longo prazo, veio a demonstrar-se a mais adequada.